



A arte da lembrança: a literatura de Sultana Levy Rosenblatt na Amazônia

The memento's art: Sultana Levy Rosenblatt works in the Amazon

COELHO, Marinilce Oliveira¹

Resumo: Neste artigo, examina-se a complexa relação entre literatura e memória na obra da escritora paraense Sultana Levy Rosenblatt (1910-2007). Para isso, analisa-se nos textos desta escritora elementos do testemunho pessoal e familiar de sua herança judaica. Considera-se que a literatura auxilia na compreensão do que foi o movimento migratório dos judeus para a Amazônia, no final do século XIX, para essa escritora. Por fim, apresentam-se as múltiplas faces de um contexto mundial conflituoso: o antissemitismo. Sultana Levy Rosenblatt expressou várias inquietações diante desse preconceito.

Palavras-chave: literatura; memória; Amazônia.

¹Marinilce Oliveira Coelho é professora Titular da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora em Teoria e História da Literatura (IEL/UNICAMP). Este artigo é produto do estágio pós-doutoral, realizado no Programa de pós-graduação em História Social da Amazônia (Faculdade de História/IFCH/ UFPA), sob a orientação do Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo. E-mail: marinilcecoelho@gmail.com

Recebido em: 25/07/2018
Aprovado em: 23/09/2018

Abstract: The present article aims to discuss the complexity between literature and memory in the work of the paraense Sultana Levy Rosenblatt (1910 - 2007). To achieve this, we analyzed in the texts of this modern writer elements of the personal and family testimony of her Jewish heritage. For her, it is considered that the literature helps in the comprehension what it was the Jewish migratory movement in the Amazon, in the latest nineteenth century. Finally, presents the multiple faces of a conflicting worldwide context: the antiseismic. Sultana Levy Rosenblatt expressed enormous restlessness against this prejudice.

Keywords: literature; memory; Amazon.

O nome da escritora Sultana Levy Rosenblatt está associado ao movimento literário modernismo, em sua terceira fase, nos idos da década de 1940, que surgiu em Belém do Pará. Nesse momento, conta-se com o lançamento do *Suplemento Arte Literatura*, encarte dominical do jornal *Folha do Norte*, que circulou de 1946-1951, fundado e dirigido por Haroldo Maranhão. Esse suplemento literário publicou a literatura de autores locais estreados, entre os quais citamos: Alonso Rocha, Francisco Paulo Mendes, Benedito Nunes, Cauby Cruz, Haroldo Maranhão, Jurandir Bezerra, Max Martins, Mário Faustino, Paulo Plínio Abreu, Ruy Guilherme Paranatinga Barata; e a de autores nacionais como, por exemplo, Augusto Schmidt, Carlos Drummond de Andrade, Cecília Meireles, Domingos Carvalho, João Cabral de Melo Neto, Manuel Bandeira.

Alguns desses escritores locais alcançaram projeção nacional, nas décadas seguintes, como foi o caso de Benedito Nunes – na crítica – e de Mário Faustino – na poesia. Sultana Levy Rosenblatt participou dessa geração e ocupou destaque na publicação de contos nas páginas do suplemento pelo seu espírito inquieto e moderno que acompanhou as renovações de seu tempo. Além dela, outras escritoras paraenses podem ser citadas como, por exemplo, Adalcinda Camarão, Eneida de Moraes, Dulcinéia Paraense e Lidador Celino.

Em 1951, Sultana Levy Rosenblatt publicou o seu primeiro romance, *Uma grande mancha de sol*, pela editora Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro. Outros romances vieram em seguida: *Barracão* (1959), *Reviravolta* (1978), *As virgens de Ipujucama* (1978), a novela *Mabel* (1948), com apenas um capítulo publicado na revista *Encontro* (1948), dirigida por Benedito Nunes, Mário Faustino e Haroldo Maranhão, teve apenas um único número. E, ainda, a peça teatral *A visita a sua alteza: o Sr. Príncipe* (1999).

Sultana Levy Rosenblatt nasceu em 10 de julho de 1910, na cidade de Belém, no Estado do Pará, e faleceu no dia 28 de março em 2007, nos Estados Unidos, país onde viveu com o marido norte-americano Martin Rosenblatt e os três filhos do casal. Devido às atividades de trabalho do marido, a família morou em Porto Rico, em 1949, lugar onde escreveu o seu segundo romance intitulado *Chavito Pietro* (1957).

Descendente de família judaica, Sultana Levy Rosenblatt expressou na sua literatura as recordações da infância e da adolescência, com o registro intenso da vida provinciana e das cenas amazônicas colhidas nas fontes da memória oral de seus antepassados. Os familiares da escritora chegaram à Amazônia e instalaram-se nos mais remotos lugares da região, a partir do século XIX, em particular na Ilha do Marajó. Para analisar a trajetória dos judeus nessa região, considero que a literatura dessa escritora auxilia na compreensão desse tema, pois Sultana Levy Rosenblatt apresenta

em seus textos as múltiplas faces de um contexto mundial conflituoso: o antissemitismo. Assim, as várias inquietações dessa escritora diante de tal sentimento serão analisadas neste artigo: duas crônicas de sua autoria, a saber: as crônicas *Como viemos parar na Amazônia* (s/d); *Antigamente era assim* (1967), e no ensaio crítico *Glória e martírio em Antônio José da Silva, o Judeu* (1999). Contudo, cabe esclarecer que esse é apenas um dos diversos temas recorrentes na obra literária dessa escritora.

Assim, na trilha das narrativas de memória, Sultana Levy Rosenblatt recolheu material para a crônica *Como viemos parar na Amazônia*, e narrou com maestria fatos trágicos ou cômicos vividos por seus avós do Marrocos. Na introdução dessa crônica tão significativa, Sultana Levy Rosenblatt formulou a ideia da presença, talvez, quase heroica dos rapazes judeus que deixaram Marrocos para se instalaram na floresta amazônica.

Parece incrível que pelo meio século XIX meu bisavô materno fosse proprietário de canaviais situados na grande Ilha Marajó.
 Parece incrível por vários motivos. Primeiro que tudo ele era um jovem judeu e os judeus não gozam fama de aventureiros (atribui-se à extremosa mãe judia o poder de impedir que os filhos se exponham a perigos...)
 Em segundo lugar supõe-se que os judeus preferiam estabelecer-se nas cidades, perto da sinagoga, escolas, bibliotecas. Mas esse lugar a que meu bisavô entregou as primícias de sua vida, não tinha sinagoga, nem biblioteca, nem sequer livraria. Era uma cidadezinha onde as facilidades como condições sanitárias e assistência médica ainda hoje são precárias.
 Então, pergunta-se como se explica que um moço judeu, educado, nascido em Tanger, apareça feito senhor de escravos no coração de ilha amazônica? É que por esse tempo os rapazes judeus eram encorajados pelos próprios pais a procurarem nova vida, fosse onde fosse. Qualquer lugar seria melhor do que a existência em guetos rodeados de mouros inimigos (ROSENBLATT, s/d, p.1).

Ao descrever as impressões do lugar para o qual o bisavô havia imigrado, a cronista destaca a falta de livrarias, sinagogas, bibliotecas – um lugar enfim com condições sanitárias e assistência médica precárias – até nos dias atuais. Certamente, um lugar oposto ao qual os judeus costumavam se estabelecer: as cidades com escola, sinagoga, bibliotecas. Um cenário vazio de civilização aos olhos de Sultana Levy; um lugar que aos poucos “vagosamente, torturantemente” vai se apresentando ao forasteiro que a contempla “ser a ver através de uma vertigem” (CUNHA, 2009, p. 369), como escreveu Euclides da Cunha em carta ao amigo Arthur Lemos, em 1905, expedida em Manaus, por ocasião de sua viagem ao Rio Purus. Entretanto, a contemplação daquele lugar escondido na floresta amazônica ainda era o melhor lugar para um judeu viver se comparado aos “guetos rodeados de mouros”.

Na sequência dessa crônica, Sultana Levy apresenta o Brasil como uma espécie de Terra Prometida. Os judeus marroquinos zarparam para a região amazônica em busca de riqueza material, mas também de liberdade religiosa. Sabemos que, ainda na segunda metade do século XIX, a conjuntura econômica do país atraiu imigrantes para a busca de riqueza no Brasil, no caso para a região Amazônica onde havia o ciclo da borracha (1879-1912).

O Brasil, a essa altura, era uma espécie de Terra Prometida. Um país com

imensas áreas e pouca população, atraindo imigrantes com promessas liberais por uma lei que não levava em conta credo ou nacionalidade, contanto que a raça fosse branca. Assim os judeus marroquinos, considerados imigrantes brancos, zarparam para a região amazônica, esperando lá encontrar o “El Dourado.” Liberdade, acima de tudo liberdade religiosa, e, quem sabe, ouro jorrando do solo. Cedo esse fascinante sonho se desfez quando eles compreenderam que apenas haviam-se mudado do purgatório para o inferno (a floresta amazônica poeticamente cognominada “Inferno Verde”) (ROSENBLATT, s/d, p. 1).

A palavra “Eldorado” vem do espanhol e significa “O (homem) dourado” e está estritamente relacionado à antiga lenda que, provavelmente, surgiu na época da colonização da América, que narra a existência de uma cidade tão rica em ouro, onde o imperador (ou cacique) todas as manhãs banhava-se em ouro em pó para ficar com a pele dourada, brilhante. Ao final do dia, ele banhava-se nas águas de um lago e perdia o brilho. No outro dia, ao amanhecer ele novamente se banhava em ouro.

Essa lenda de uma cidade de riqueza gigantesca localizada na América recém-descoberta chegou à Europa pela primeira vez através de relato impresso de Gonçalo de Oviedo (em 1541) e, provavelmente, atraiu a expedição de centenas de aventureiros gananciosos para o Novo Mundo – lugar de esperança de enriquecimento rápido. De verdade nunca se encontrou cidades douradas na América. Todavia, o mito ganhou força e permaneceu no imaginário do homem europeu, pois “as simbolizações do ouro e sua busca já estavam presentes antes mesmo da formação histórica do mito do Eldorado” (LANGER, 1997, p. 26). Afinal, trata-se do mais nobre dos metais e está relacionado ao poder e a riqueza da realeza.

Por conseguinte, Sultana Levy Rosenblatt, conduzida por sua memória afetiva, trata da vida familiar dos judeus que vieram em busca dessa riqueza. Os judeus estabelecidos nos recônditos lugares da região amazônica, provavelmente, bem distante dos imaginados pelo mito do “*El Dourado*” são recriados com as tintas da realidade. Parece-nos que a distância que vai da vida à arte dos olhos da cronista paraense é redescoberta e colocada no limiar do sonho e da realidade.

Limiar que, por certo, ela expressou por meio da literatura. O episódio inicial da saga de sua família na Amazônia é marcado pela coragem e a determinação dos rapazes que deixaram Marrocos para trás em busca de uma vida nova. Entre eles, o avô David Benoliel, o cunhado Maximiliano Bension e o primo Abraham Larrat, que aprenderam nova língua, ajustaram-se a uma vida nova e estabeleceram raízes. Esses jovens rapazes foram atraídos pelos excelentes negócios gerados durante o ciclo da borracha. Os grupos mais numerosos e influentes que apontaram na Amazônia foram os judeus sefarditas (falavam português, espanhol e hakitia) e os forasteiros (falavam árabe e berbere), que começaram a chegar cada vez em maior número para o Estado do Pará e para o Amazonas, provavelmente, por volta do ano de 1810 e 1820 (SCHEINBEIN, 2009, p. 72).

Quando se trata acerca da Amazônia, logo se associa a todas as implicações conceituais que o termo permite: geográfica, histórica, econômica, inclusive a alusão mítica que a palavra nos possibilita. No caso do imigrante judeu marroquino, a vinda para a Amazônia brasileira significava a esperança de encontrar na região o “El Dourado” a riqueza rápida e a liberdade, em particular, a tão sonhada liberdade religiosa. Porém, ao chegarem à Amazônia, eles se depararam com as dificuldades frente ao desconhecido, e

assim, às duras penas, compreenderam as verdadeiras implicações do termo Amazônia. Logo, viram que do solo não jorrava ouro e a liberdade de culto no Brasil só seria instituída em 1890.

Por isso, os judeus que emigraram do Norte da África viveram quase setenta anos de clandestinidade religiosa, pois no Brasil Imperial tinha como religião oficial a católica e não admitia outra forma de culto religioso, embora desde 1810 o Tratado de Aliança e Amizade, firmado junto com o Tratado de Navegação e Comércio, entre Inglaterra e Coroa portuguesa (FAUSTO, 2002, p. 68) permitisse a prática de outras religiões no Reino Unido de Portugal e Brasil. No entanto, esse mesmo documento cessava o tráfico de escravos aos territórios sob o domínio português, porém, como se sabe, não impediu o tráfico de escravos, nem mesmo garantiu a liberdade de culto, pois restringia a construção dos templos não católicos. Entretanto, cultos e rituais religiosos eram exercidos em ambientes íntimos e domésticos, até a segunda metade do século XX.

Contudo, com o Tratado de Aliança e Amizade, os judeus estabelecidos no Brasil Imperial não poderiam ser perseguidos ou condenados através da Santa Inquisição e dos Tribunais do Santo Ofício. Diante de tais mudanças, com o objetivo de fortalecer os preceitos do judaísmo em solo brasileiro, a comunidade judaica, estabelecida em Belém, fundou no ano de 1824 a primeira sinagoga do Brasil Imperial, a “Eshel Abraham”, fundada por Abraham Acris, que também serviu de centro às diversas questões ligadas aos judeus (TOPEL, 2005, p. 188). E, assim, mesmo com as dificuldades de adaptação às leis brasileiras ou a hostilidade do clima e da floresta, as primeiras gerações de imigrantes judeus marroquinos criaram os filhos e repassaram a esses o legado de uma tradição cultural e religiosa

(...) Aí eles aprenderam nova língua, ajustaram-se a uma vida diferente, aí se enraizaram. Aí tiveram e criaram seus filhos. Como sobreviveram às hostilidades do clima, às dificuldades do ambiente, como puderam manter, preservar, transmitir o mesmo judaísmo trazido do lar paterno aos seus descendentes, como puderam manter, preservar, transmitir o mesmo judaísmo trazido do lar paterno aos seus descendentes, só pode ser explicado pelo fato de que eles estavam atados de alma e coração à “Árvore da Vida”, a Torah. Poderiam ter assimilado e esquecido tudo, se assim o desejassem. A vida ao longo do rio Amazonas é isolada. Milhas e milhas de água separam uma casa da outra. No entanto, na intimidade do lar eles mantinham a religião, como todos os seus requisitos. Antes do pôr do sol, às sextas-feiras, tudo parava. Não se podia tocar música (em geral tocavam pequenos instrumentos como violino, flauta, bandolim), não se podia remar, nem nadar, enquanto durasse o sábado. Casamentos e cerimônias fúnebres eram realizados severamente de acordo com as tradições e rituais, alguns místicos. Quando os livros de leitura religiosa escasseavam, eles os copiavam manuscritos, de modo que nada fosse esquecido ou omitido. Durante os dias sagrados reuniam-se na cidade mais próxima numa sinagoga improvisada. Nessa ocasião aproveitavam a oportunidade para circuncidar os meninos nascidos nesse ano. Nem todos, porém, tinham possibilidade para tomar parte nessas reuniões. Desse modo o menino seria circuncidado com qualquer idade, dependendo do momento oportuno que se apresentasse (ROSENBLATT, s/d, p. 3).

Nesses caminhos da memória, Sultana Levy Rosenblatt, ao escrever a trajetória

do imigrante judeu, reconstituiu e interpretou o sentido, as motivações e os episódios de homens, mulheres e crianças. A memória que ela constrói é particularmente comovida, é intensa, e carrega consigo marcas do povo judeu recém-chegado em terras amazônicas. Ela constatou pela linguagem literária que “lembrar-se de algo é lembrar-se de si” (RICOEUR, 2007, p. 136). Os laços da cronista com os acontecimentos parecem ser regulares e sólidos como sugere no trecho em que descreve a circuncisão.

Eu própria, por acaso testemunhei um emocionante acontecimento em Belém. Estava em compras com uma prima de nome Piedade (o anjo benfeitor de nossa família) quando de repente ela lembrou-se que devia ir à sinagoga para assistir, no salão de recepções, a circuncisão dos sobrinhos de uma amiga sua, vindos do interior do Estado. A família vivia num lugar distante e só então tinham conseguido meios para trazer os meninos a Belém com o fim especial de os circuncidar, tornando-os parte de nosso pacto ancestral, desde Abraham Avinu. Para minha surpresa tratavam-se de garotos entre 8 e 12 anos de idade. Eram três, e o trio mantinha-se unido em silêncio e pavor. Quando um velho contou o número de homens e anunciou: “ – Já temos ‘minião’, podemos começar.” – imediatamente começou uma espécie de tourada. Os meninos corriam gritando, proferindo palavrões, defendendo com as mãos as partes do corpo que devia ser operada, repetindo: “Não me capem!” – e os homens rindo, correndo atrás deles, cercando-os, até que conseguiram aprisionar os três. De pés amarrados, sem anestesia, em presença de todos, um por um foram circuncidados pelo perito Mohel (ROSENBLATT, s/d, p. 3).

Diante dessa cena, Sultana Levy Rosenblatt teve uma reação inusitada: escondeu-se assustada em outra sala onde não ouvia os gritos dos meninos. E somente quando as rezas silenciaram compreendeu que tudo já havia acabado. Só então ela apareceu e participou da festa em comemoração aos novos circuncidados. Confessa que ficou deveras surpreendida ao encontrar os três meninos circuncidados entre os convidados; já sorrindo, comendo e bebendo refrigerantes como se nada tivesse acontecido. O judaísmo se enraizava nas brenhas da Amazônia.

Embora vivendo nas brenhas do Amazonas, eles desejam aquela operação. Sentiam-se orgulhosos de ser judeus. Este orgulho, no entanto, não proveio da liberdade com que os imigrantes sonhavam. Eles tinham que lutar para manter o seu judaísmo (ROSENBLATT, s/d, p. 3).

Sultana Levy Rosenblatt guardou uma forte lembrança daquele dia e, assim, guiada pela memória afetiva, conduziu o leitor para a imaginação afetiva – pela *Einführung* –, que transporta o outro (no caso o leitor) para perto da experiência viva de outrem (no caso a cronista). O ingresso na memória coletiva constitui-se na compreensão do cotidiano e das datas festivas em que acontecem os ritos de passagens, no caso o da circuncisão daqueles três meninos. Assim, ela adere a uma afecção constante e entra nos “*thesaurus* psíquicos que a literatura explora, ora na terceira pessoa do romance em ele/ela, ora na primeira pessoa da biografia” (RICOEUR, 2007, p. 136)

Outro ponto desse processo de lembrança do imigrante judeu está retratado na forte presença das mulheres judias, que em graça e beleza recebiam nomes expressivos em espanhol como, por exemplo, Luna, Reina, Perla, a autora destaca que apesar de nascerem em solo brasileiro, as filhas dos imigrantes judeus não tinham os nomes

traduzidos para a língua portuguesa. Entre as mulheres, a história da bisavó Graça, que chegou ao Brasil com o marido “José Luiz”, como era conhecido, e os três filhos: dois meninos e uma menina chamada Belízia. E a história da avó Belízia Levy, casada aos 13 anos de idade, por intermédio dos *jottabs*, uma espécie de corretores de casamento, figura comum e respeitado na comunidade judaica. Belízia falava a língua portuguesa, mesmo estando em casa, onde o costume era falar o haketia. Esse dialeto neolatino e judaico era de uso restrito aos ambientes familiares e sociais pela comunidade sefardita (SHEINBEIN, 2009, p. 65).

Nessas terras bem distantes do Tânger, a cronista apresenta a organização familiar tradicional, que exigia aos noivos raízes familiares semelhantes. Vejamos o trecho do episódio dos arranjos do casamento dos avós David Benoliel e Beliza Levy:

Ele tinha 23 anos, era bonito, face rosada, olhos escuros, alto, elegante. Era romântico. Falava várias línguas, e versado em judaísmo. Além do mais, sabia cantar. O Kol Nidrey soava na sua voz com estranha e sentimental melodia. Chamava-se David Benoliel. Veio do Tânger, pertencia a uma geração de grandes rabinos e só devia casar com quem tivesse raízes semelhantes. Belízia Levy era a perfeita noiva para ele. David era sobrinho do grande rabino Shemtob e Belízia descendia de Haim Pinto. Provavelmente, o encontro de ambos foi por meio dos “jottabs”, pois ela vivia em Muaná, no Marajó, e ele na área do Tocantins, para onde veio reunir-se à sua irmã mais velha Paloma, aí estabelecida com o esposo Maximiliano Bensimon e um filho, Abraham (ROSENBLATT, sd, p. 2).

Ainda a respeito da avó, Sultana Levy a descreveu como dona de uma beleza graciosa e nativa, que a confundia com as mulheres nascidas no Pará:

Ela negava haver nascido em Tânger e afiançava ser brasileira. “Mãe Vida”, como os netos a chamavam, era pequenina, cútis cor de canela, vivaz, tinha os gestos, as maneiras, os hábitos e as expressões de um paraense nato. Poderia muito bem passar por uma graciosa nativa. Seus companheiros de infância, filhos de vizinhos fazendeiros, tratavam-na por “Mana Vida” (ROSENBLATT, s/d, p. 1).

Por sua vez, Sultana Levy Rosenblatt focaliza a avó deste modo: com traços da beleza da mulher nativa, nascida na ilha do Marajó. Uma mulher graciosa, acolhedora. A matriarca judaica que fixa um olhar vivaz no amplo cenário dos rios, da floresta, das pessoas que lá habitam. Como se todo esse mundo amazônico, com todo os seus habitantes – nativos ou estrangeiros – tivessem sido gerados por ela, pela Mãe Vida.

Em suma, a narrativa de Sultana Levy Rosenblatt é documento de quem viveu, testemunhou e vinculou à memória a dimensão atemporal dos acontecimentos familiares, afetivos e sociais. A “memória dos acontecimentos não se apaga entre os homens com o tempo” (GAGNEBIN, 1997, p. 17), como analisou Jeanne Marie Gagnebin a respeito do pensamento de Heródoto (485 a.C.–425 a.C.) frente à oposição entre *logos* e *mythos*. Uma vez que a tarefa do poeta arcaico de contar os acontecimentos passados, conservar a memória, resgatar o passado, lutar contra o esquecimento – numa sociedade sem escrita como era a Grécia arcaica – continuou também no texto

poético escrito (GAGNEBIN, 1997, p. 17).

Nesse raciocínio, as crônicas de memória escritas por Sultana Levy Rosenblatt contribuem para conservar lembranças, para lutar contra o esquecimento e religar o tempo passado ao presente. O fato é que essa escritora trabalha com as lembranças afetivas ao compor com elementos verbais pertinentes a toda uma perspectiva de representação pela literatura da imigração judaica. Estamos, ainda, diante de uma criação literária que transborda sentimentos, expressa de forma vivaz e bem-humorada a luta contra o tempo, aniquilador impiedoso das lembranças.

O judeu na literatura: figura bizarra ou projeção à sombra do preconceito

Na literatura, a figura do judeu é recorrente e, algumas vezes, é retratada de modo caricato, com o comportamento associado ao rico sovina ou ao misticismo religioso. Na literatura portuguesa, por exemplo, Gil Vicente (1465? – 1537?), no *Auto da Barca do Inferno* (1517), apresenta o judeu entre outros passageiros (o frade, o fidalgo, o agiota, o parvo, o sapateiro, a alcoviteira, o corregedor, o enforcado) da Barca do Inferno, comandada pelo diabo. É importante ressaltar que Gil Vicente, ao escrever esse auto, satirizava com precisão os costumes e hábitos da sociedade portuguesa. “A religiosidade era uma característica recorrente na Europa, por isso a riqueza de elementos cristãos e a presença da nobreza e do clero permeavam as suas peças” (PINHEIRO, 2009, s/p).

O judeu, ao embarcar, carrega consigo um bode às costas e oferece dinheiro ao barqueiro (o próprio diabo) para comprar a barca. No entanto, a oferta é recusada pelo barqueiro – pois, a barca do inferno não estava à venda. Este parece que não esperava ser energeticamente amaldiçoado pelo judeu.

DIABO: Carregador, coronel,/ castigai este sandeu!/ Trovoadas, pedra miúda,
lodo, pranto, fogo, lenha./ Caganeira que te venha,/ corredeira que te acuda./
E por Deus, que te sacuda/ com a boca nos focinhos./ Fazes burla dos
meirinhos, / hem, seu filho da cornuda! (VICENTE, s/d, p.119).

No caso do texto vicentino não se trata, é claro, de um personagem judeu com traços individuais marcantes, mas sim de um tipo alegórico, entretanto marcado pelos preconceitos éticos, religiosos e culturais da época. “O judeu, nesse auto, ocupa a função de um tipo moral e social que é discriminado pela sociedade daquela época, sem direitos e deveres nenhum” (PINHEIRO, 2009, s/p). Por fim, o judeu acaba seguindo a reboque na barca do inferno, pois era “muito ruim pessoa”.

Na literatura brasileira do século XIX, época da chegada dos imigrantes judeus na Amazônia, o renomado escritor paraense Inglês de Sousa (1853-1918), que muito produziu ao lado de outros autores naturalistas como, por exemplo, Aluísio Azevedo, Adolfo Caminha, publicou *O Cacaquista* (1876), *Histórias de um pescador* (1877), *O Coronel Sangrado* (1877), *O Missionário* (1888), *Contos Amazônicos* (1893), além de artigos e obras jurídicas, já que era formado em Direito. Em *Contos Amazônicos* há o conto *O Baile do Judeu*, no qual o narrador conta a história de um judeu que morava às margens do rio Amazonas e um dia ofereceu um baile em sua casa. Convidou os moradores da redondeza da vila, com exceção do vigário, o sacristão, o andador de almas e o juiz.

Ora um dia lembrou-se o Judeu de dar um baile e atreveu-se a convidar a gente da terra, a modo de escárnio pela verdadeira religião de Deus Crucificado, não esquecendo no convite família alguma das mais importantes de toda a redondeza da Vila. Só não convidou o vigário, o sacristão, nem o andador das almas, e menos ainda o Juiz de Direito; este pelo medo de se meter com a Justiça, e aqueles pela certeza de que o mandariam pentear macacos. Era de supor que ninguém acudisse ao convite do homem que havia pregado as bentas mãos e os pés de Nosso Senhor Jesus Cristo numa cruz, mas, às oito horas da noite daquele famoso dia, a casa do Judeu, que fica na rua da frente, a umas dez braças quando muito da barranca do rio, já não podia conter o povo que lhe entrava pela porta dentro (...) (SOUSA, 2005, p. 96).

Demonstrando indignação ao constatar o comparecimento maciço dos moradores da Vila ao baile do judeu, o narrador arrolou várias expressões preconceituosas a respeito do anfitrião. Vejamos o trecho a seguir.

Lá estavam em plena judiaria, pois assim se pode chamar a casa de um malvado Judeu” (...) todo a gente grada, enfim, pretextando uma curiosidade desesperada de saber se de fato o Judeu adorava uma cabeça de cavalo, mas na realidade, movida da notícia da excelente cerveja Bass e dos sequilhos que o Izaak arranjava para aquela noite, entrava alegremente no covil de um inimigo da Igreja, com a mesma frescura com que iria visitar um bom cristão (SOUSA, 2005, p. 96).

O baile do judeu foi bastante concorrido e animado. Lá pelas altas horas da noite, o extraordinário aconteceu: um sujeito baixo, feio, de casacão comprido e chapéu desabado (...) entrou de repente no baile e tirou para dançar a rainha do baile, a D. Mariquinhas, “casadinha de três semanas”, mulher do tenente-coronel Bento de Arruda. Após dançar freneticamente com a “moça imprudente”, o moço a arrastou para a rua e chegando à ribanceira do rio atirou-se com ela nas águas do rio. Ao perceberem tal situação, alguns convidados tentaram socorrer a moça, mas infelizmente ninguém conseguiu alcançar o misterioso moço e salvar a pobre dama. E, assim, o narrador conclui o conto: “Desde essa vez ninguém quis voltar aos bailes do Judeu”.

A ficção de Inglês de Sousa, por ora aqui ilustrada, destaca uma série de denominações preconceituosas em relação ao judeu na região amazônica. E não são poucas: “inimigo da Igreja”; “adorador de cabeça de cavalo”; “malvado”. Não se pode, é claro, dissociar a obra desse autor paraense de fatores do contexto ético e religioso de sua época. Todavia, assinalamos concepções e preconceitos medievais ao povo judeu que ainda permaneciam em pleno século XIX.

Retornando à crônica *Como viemos parar na Amazônia*, Sultana Levy Rosenblatt narra um episódio pelo qual passara os avós durante uma crise econômica na região amazônica (provavelmente o declínio da borracha). Evidencio, certamente, que, no momento de crise econômica, os conflitos sociais se tornam mais evidentes e, no caso particular em estudo, associa-se fortemente à intolerância religiosa.

Eles tinham que lutar para manter o seu judaísmo. O estigma judeu seguiu-os até as profundezas da selva. Meu avô e seus amigos eram comerciantes e suas

lojas ficavam às margens dos rios, mas cercadas pela mata. Nesses lugares escondidos eles eram alcançados por pogrons.

Assim acontecia. Esses armazéns forneciam comestíveis, roupas, remédios, utensílios, em troca de borracha, castanha, sementes oleaginosas, que eram trazidas pelos nativos. Durante a estação chuvosa o negócio declinava para ambas as partes. Os contemporâneos do meu avô David sempre lembravam, entre suas anedotas espirituosas, uma que se relacionava a essa situação. No tempo do movimento comercial, ele costumava ir frequentemente a Belém para fazer transações com exportadores e bancos. Um amigo estranhou vê-lo na capital em pleno inverno e perguntou-lhe a que viera. “Vim fugindo da safra do me ceda”. “Safra de que, nesta época?” “Safra do me ceda, já disse, ‘me ceda um alqueire de farinha’, ‘me ceda um rolo de tabaco’, ‘me ceda uma manta de pirarucu’... A verdade é ele deixava sua casa não somente para escapar à “safra do me ceda”; mas, sobretudo para livrar sua família de prováveis pogrons, ocorridos mais nessa época, e chamados pelo povo de “mata judeu”. Embora não fossem atacados fisicamente, as crianças e mulheres ficavam em tal estado de pavor, que geralmente adoeciam. O pânico começava de manhã bem cedo, quando se suspeitava pelo mutismo do ambiente, ausência de canoas, silêncio absoluto, que algo terrível estava para acontecer. Então às carreiras, a família escondia seus bens mais valiosos. As mulheres e as crianças trancavam-se no dormitório. O dono do armazém abria o Sidur e se concentrava em orações. Quando o cão ladrava anunciando aproximação de estranhos, o homem preparava-se para o confronto. O pogrom, isto é, homens exaltados, invadiam o estabelecimento e procediam à pilhagem. O judeu fingia estar lendo e não se apercebe do que acontecia. Tão pronto os assaltantes se retiravam, a família reunia-se dando “graças a Deus por tudo”, que o mais importante era a vida, e procurava-se esquecer o incidente (ROSENBLATT, s/d, p. 4).

Os imigrantes judeus na Amazônia integravam uma classe social intermediária entre os coronéis fazendeiros e os camponeses da Ilha do Marajó. E, de certo modo, detinham um certo poder econômico. Provavelmente, por isso, também sofriam com ameaças e com a insegurança do local. Para os judeus, a Amazônia deixava de ser o lugar da riqueza, o sonho da liberdade e tornava-se uma realidade hostil. Proteger a família – bem maior para os judeus – dos ataques, do “mata judeu” era de fato real. O patriarca acompanhava tudo em silêncio e oração. “O dono do armazém abria o Sidur e se concentrava em orações(...). O judeu fingia estar lendo e não se apercebe do que acontecia”. Apesar da narradora não registrar atos de violência física contra os imigrantes judeus, os armazéns eram saqueados e o pânico entre as famílias judaicas era estabelecido.

A palavra *pogrom* vem do russo e tem seu significado relacionado a ataque violento a pessoas, seguido de destruição de casas, estabelecimentos comerciais, templos religiosos, cemitérios, escolas. O ataque premeditado ou não era direcionado a minorias étnicas ou religiosas. No final do século XIX, na Rússia, milhares de judeus foram vítimas dos *pogrons*, que aconteceram durante o Império Czarista (1721-1917) e estenderam-se por outros países, permanecendo até mesmo após o término da Segunda Guerra Mundial.

À deriva de sua própria sorte, o imigrante judeu na Amazônia esteve exposto à opressão das revoltas populares, ao “mata judeu”, que acontecia durante a estação das chuvas na região (janeiro a maio). Parece-nos que o estado econômico depressivo pelo qual estaria passando os habitantes da região serviu como pretexto para os *pogrons*

acontecessem nas propriedades dos imigrantes judeus. No entanto, considero que havia por trás desses ressentimentos sociais, econômicos, culturais contra os imigrantes judeus uma tradição histórica do antissemitismo religioso presente em diversos países, e no Brasil não foi tão diferente.

O crítico literário Anatol Rosenfeld, em seus estudos a respeito do judaísmo, destaca que o povo judeu, apesar de ser “espezinhado pelo mundo-ambiente, orgulhava-se de ser, dentro do próprio grupo, um ser livre entre seres livres. Fraco como indivíduo, sentia-se forte enquanto membro da comunidade” (ROSENFELD, 2012, p. 25). Ou seja, mesmo vivenciando tantas perseguições e violências, o povo judeu encontra entre os membros da sua comunidade o consolo, a solidariedade, a paz. O apoio necessário para renovar os valores religiosos, morais, humanos. Na literatura de Sultana Levy Rosenblatt, a saga do povo judeu na Amazônia ganhou uma força extraordinária e algumas passagens narradas com bom-humor.

Quando os amigos encontravam-se novamente, discutiam o ocorrido, já em gargalhadas. Cada qual exagerava o montante da sua perda e se jactava do modo como reagira, levando a ridículo uns aos outros. Outras anedotas surgiam dessa fonte nova. Uma das mais conhecidas era sobre um tal Issacar que teria decidido amedrontar os intrusos, recebendo-os de rifle em punho. Quando os ladrões chegaram ele os fez recuarem, gritando-lhes: “- Aquele que der um passo à frente é homem morto” – Os homens se acovardaram e já iam retirando-se, quando Issacar, explodindo de raiva, falou para si mesmo, mas em tom bastante alto: “ Ah! Manzerim, é pena não ter uma bala, senão acabava com todos vocês!” – É de se imaginar o que aconteceu depois dessa confissão (ROSENBLATT, s/d, p. 4).

Todavia, apesar dos fatos trágicos, os judeus permaneciam no local, trabalhando no mesmo ramo de negócios. Para a cronista, os antepassados “decidiram ganhar a batalha contra a natureza e contra os homens”. Depois de certo tempo, já no começo do século XX, muitos judeus que se encontravam em situação financeira melhor mudaram-se para Belém, onde algumas dessas famílias judias integraram-se à alta camada da sociedade. Dali em diante os nomes dos furos, dos igarapés e dos rios da Amazônia, alguns naquele tempo nem mesmo ainda registrados nos mapas, passaram a pertencer às lembranças, aos tempos remotos dos primeiros imigrantes judeus.

Os primeiros anos na escola: pesadelo e discriminação

A segunda crônica de autoria de Sultana Levy Rosenblatt, intitulada *Antigamente era assim*, retoma cenas da infância quando a escritora residiu com a família, na antiga Vila Pinheiros (atual distrito municipal Icoaraci, distante aproximadamente 20 km do centro da capital paraense).

Frequentei por algum tempo um grupo escolar no Pinheiro (Icoaraci) quando minha família passou lá uma temporada. Não havia escolas particulares no Pinheiro. Ia-se para o Grupo ou ficava-se sem estudar. Acho que fui matriculada começando o terceiro ano. Logo na primeira aula a professora escreveu no quadro negro – Passem para o masculino as seguintes palavras: Sultana – Judia – Ladra – Galinha. Tomei um choque. Eu era Sultana e era judia, mas não era ladra de galinha. Mas fiz que não me apercebi. As meninas ao redor,

FACES DA HISTÓRIA, Assis-SP, v.5, nº2, p. 31-46, jul.-dez., 2018.

perguntavam baixinho: “Como é o masculino de Sultana?” – e eu respondia no mesmo tom – “Sultão”. Fui para casa assustada. Não contei nada a ninguém, mas passei a noite e dia pensando porque razão a professora escolheu meu nome ligando-o a ladra e galinha. Com a emoção adoeci e só muitos dias mais tarde voltei para a escola. A professora me recebeu amavelmente, perguntou a causa da minha ausência. Fiquei tranquila, não era a inimiga que me assustou (ROSENBLATT, 1967, p. 1).

A situação na escola primária era lamentável. A atitude da professora demonstra o desrespeito às diferenças culturais e religiosas. Utilizando-se de um exercício escolar de rotina, ela colocou a aluna em situação de humilhação diante de toda a turma. “Tomei um choque”. Isso a levou ao sofrimento, a adoecer: “Com a emoção adoeci e só muitos dias mais tarde voltei para a escola”. O silêncio infantil, causado pelo medo, foi a resposta, pois nem mesmo aos pais a aluna conseguiu contar o ocorrido na escola.

Parece-me que o exercício escolar proposto à turma não era inocente, com o simples objetivo de exercitar os gêneros gramaticais da língua portuguesa: “Passem para o masculino as seguintes palavras: Sultana – Judia – Ladra – Galinha”; uma vez que os alunos poderiam assimilar ali típicos expoentes da mentalidade antissemita. Embora, talvez, a professora desconhecesse os múltiplos problemas que poderiam surgir dali. Não obstante, a escola brasileira prolongou a exclusão das minorias étnicas, raciais e religiosas por muitas décadas. O que Sultana Levy viveu naquele dia na sala de aula da antiga Vila Pinheiros, certamente, outras crianças por serem índias, negras, órfãs, pobres também sofreram no cotidiano da escola brasileira.

Mais adiante, a cronista narra que a professora a recebeu amigavelmente na sala de aula, após dias de ausência na escola. Aos olhos da criança, a professora não havia agido por mal, não era inimiga como havia pensado. Imaginação infantil? Denúncia discreta do lastimável estado de perseguição aos judeus? Nesse itinerário, as imagens que se descortinam são discriminatórias. Mas recuperar alguns desses instantes da escola primária brasileira é de vital importância para se compreender o antissemitismo em movimento. Já no curso ginásial, Sultana Levy Rosenblatt registrou boas lembranças e momentos mais felizes, porque nessa época ela começou a publicar no jornal do colégio estadual “Paes de Carvalho”, onde estudou o ginásial.

Foi o melhor período de minha juventude. Foi quando comecei a publicar o que escrevia, tanto no jornal ‘G.P.C’ dos rapazes, como na ‘Revista’ fundada pela Dilarimar Oliveira, por mim e Isaura do Céu. Esta era poetisa, e escrevia versos durante o recreio e no meio da barulhada, sentada numa mesa escrevendo, de repente gritava – ‘Me arranjam uma palavra terminada em i’- Um aqui respondia também aos gritos: miriti -; outro: tucupi -; outro: juruti. ‘Basta!’ – O que eu escrevia não era grande coisa. Uns contos ainda infantis. Possuía, porém muita imaginação e quando tínhamos composição na aula, dentro de uma hora eu escrevia a minha e as das duas colegas que me ladeavam, cada uma com um assunto diferente (ROSENBLATT, 1967, p. 14).

Antônio José, o Judeu: o teatro censurado

A escrita juvenil amadureceria nos anos seguintes e um dos textos que se destaca

para esse estudo é o ensaio *Glória e martírio em Antônio José da Silva, o Judeu* (1999). Nesse ensaio, disserta-se a respeito do dramaturgo Antônio José da Silva, o Judeu (1705-1739) como era conhecido, nascido no Rio de Janeiro, no século XVIII. Seguiu-se o ano de 1712, quando os pais de Antônio José da Silva foram presos pela Santa Inquisição e exilados para Portugal. Antônio José e os irmãos foram levados juntos com os pais e nunca mais retornaram ao Brasil.

Por volta de 1730, o jovem Antônio José obteve enorme sucesso e reconhecimento em Lisboa, com as comédias musicadas e os espetáculos de marionetes de sua autoria. Entretanto, no ano de 1739, foi preso, condenado e estrangulado por garrote e queimado em praça pública por ordens dos tribunais do Santo Ofício. A sentença que o condenara? Por heresia judaizante. Como se sabe, o Santo Ofício ou Inquisição era uma instituição composta por tribunais da Igreja católica que tinha a atribuição de perseguir, julgar e punir indivíduos acusados de terem se desviados dos ensinamentos cristãos.

Entre os dois universos, o do dramaturgo e do cristão-novo, Antônio José da Silva circulou e expressou temas da antiguidade clássica, da vida de D. Quixote de la Mancha, ou simplesmente motivos cômicos. As oito peças de sua autoria foram organizadas em dois volumes do *Teatro Cômico Português*, editado em 1744, por Francisco Luis Ameno, entre os títulos das peças encontram-se, a saber: *A vida do Grande Dom Quixote de La Mancha e do Gordo Sancho Pança* (1733); *Esopaida ou a Vida de Esopo* (1734); *Os Encantos de Medeia* (1735); *Anfitrião ou Júpiter e Alcmena* (1736); *Labirinto de Creta* (1736); *Guerras de Alecrim e Mangerona* (1737); *Precipício de Faetone* (1737); *As Variedades de Proteu* (1738) (CORRANDIN, 2008, p. 113).

No tempo do rei D. João V, as peças de Antônio José da Silva encenadas no teatro do Bairro Alto, em Lisboa, entre 1733 e 1738, tiveram sucesso de público (CORRANDIN, 2008, p. 113). Porém, esse dramaturgo pagou com a própria vida “as suas origens ou fidelidades judaicas” e “sendo brasileiro de nascimento, projetou com sua presença conspícua aos olhos do colonizador um traço marcante do emergir social e cultural da identidade do colonizador”, (GUINSBURG, 2008, p. 79) comentou o crítico de teatro J. Guinsburg, por ocasião das homenagens do tricentenário do nascimento desse dramaturgo brasileiro. Tanto na história da literatura portuguesa, quanto na brasileira, o dramaturgo Antônio José da Silva é considerado um renovador do teatro português ao executar óperas com marionetes. Além disso, Antônio José da Silva é reconhecido como o autor das comédias mais populares em língua portuguesa, desde o dramaturgo Gil Vicente.

Sultana Levy ao analisar a obra de Antônio José da Silva, o Judeu, além de destacar a importante presença da obra deste dramaturgo na história da literatura portuguesa, assinalou uma inquietação maior: a perseguição antissemita sofrida por Antônio José da Silva. Ele viveu em meados do século XVIII na “Lisboa joanina e sufocante”, onde “judeu era designação execrável, afrontosa, injuriante” (DINES, 2008, p. 82), como destaca Alberto Dines, jornalista e biógrafo de Antônio José da Silva. A atitude crítica de Sultana Levy Rosenblatt a respeito dos acontecimentos da vida de Antônio José da Silva repensa as atividades intelectuais desse dramaturgo na atmosfera de perseguição imposta pelo Santo Ofício.

Antônio José era feliz. Se como advogado falhava, como teatrólogo tinha sorte. Escrevia com facilidade extraordinária, chegando a lançar até duas peças no mesmo ano, sempre com êxito estrondoso.

Ao passo que o teatro do Bairro Alto atraía mais espectadores, aqueles frequentadores pela fidalguia se esvaziavam. As outras companhias viam no Judeu um rival temível. Talvez invencível, como lhes ensinava a Bíblia no Livro de Esther, quando a mulher de Hamam lhe adverte, referindo-se a Mordehai – “Se ele é de raça dos judeus não o vencerás”. Mas aí estavam os Inquisidores já se movendo para esmagar o cristão-novo tão irreverente. Apesar das “óperas” haverem sido devidamente licenciadas, eles agora descobriram nelas muitas indiretas mordazes, que escaparam aos censores. Era, além disso, óbvio que Antônio José revelava ao público o segredo que devia ser inviolável, dos seus próprios tormentos, recitados em vários versos, entre eles na obra Anfitrião. “Que delito fiz eu para que sinta/ o peso desta aspérrima cadeia/ nos horrores de cárcere penoso”. Urgia emudecê-lo. Empresários e inquisidores mancomunaram-se numa trama urdida de tal forma que não revelasse o nome de Antônio José da Silva ligado ao d’ “o Judeu”, o ídolo do povo lisboeta. As culpas que lhe assacariam seriam atribuídas à prática de judaísmo, crime imperdoável em um cristão-novo, principalmente já penitenciado e, não pelo seu teatro contestatório (ROSENBLATT, 1999, p. 26).

Na admirável posição de Sultana Levy Rosenblatt, a trama que levou o dramaturgo Antônio José da Silva duas vezes a prisão (1726 e 1737) e, por fim, a condenação à morte (1739) resultou de calúnias que lhe foram atribuídas à prática do judaísmo. Um crime considerado “imperdoável” em um cristão-novo, como era o caso de Antônio José da Silva, segundo a sentença da Inquisição. Entretanto, o teatro contestatório desse carioca-lisboeta se confrontou com uma sociedade portuguesa tradicionalista e preconceituosa: contudo, nem o homem de teatro, nem o cristão-novo, lamentavelmente, nenhum gesto de transformação conseguiu abalar as rígidas estruturas inquisitoriais. Em contrapartida, Antônio José da Silva, o Judeu, vislumbrou uma saída estratégica para a repressão aos judeus ao usar a arte cênica como meio para superar a moral religiosa da sociedade portuguesa dos meados do século XVIII.

Conclusão

Sultana Levy Rosenblatt representou, com suas crônicas de memória, os altos e baixos dos imigrantes judeus na Amazônia, no século XIX, que ficaram vinculadas tanto na memória coletiva do povo judeu, nos seus aspectos de busca de liberdade, de trabalho, do sonho, quanto na memória afetiva, pessoal – seja nos momentos felizes – como o de participar da circuncisão de três meninos em uma sinagoga, em Belém, seja nos seus momentos menos felizes – como o da discriminação vivido na escola primária, na antiga Vila Pinheiros.

É com Sultana Levy que se deve analisar criticamente o legado da imigração judaica na Amazônia, pois foi ela quem assimilou com sensibilidade os traços conflitantes de uma sociedade antissemita que precedeu ao século XX. O dramaturgo carioca-lisboeta, Antônio José da Silva, é exemplo de tal perseguição. Há, na sua literatura, todos os fatores sociais, históricos e psicológicos que convergiram para a construção de uma memória de uma mulher testemunha que se indignou e apresentou as contradições de uma sociedade nada preparada para a tolerância. Os registros foram muitos nesse espírito inquieto e muito de sua crítica esteve comprometida com o fim da discriminação religiosa, ética e cultural.

Para o seu tempo e para as gerações futuras, Sultana Levy Rosenblatt deixou o

legado da memória dos primeiros judeus na Amazônia, seja nos episódios das vilas à beira do rio, seja dos descritos nas cidades. A intensidade de sua narrativa desperta a consciência do leitor diante da real necessidade de mudanças frente aos preconceitos antissemitas. Tendo dado o lírico e o dramático para narrar as memórias de sua família, Sultana Levy Rosenblatt ainda agraciou o leitor com o bom-humor e a leveza para narrar. Assim, a linguagem literária atingira em Sultana Levy um nível estético perspicaz, que revela um território de inquietações humanas existentes, quer em terras amazônicas, quer em terras do além-mar. De qualquer forma, a arte de compor as lembranças por Sultana Levy é única, e, certamente, é um dos pilares que se assenta a literatura da Amazônia.

Referências

CORRADIN, Flávia Maria. Antônio José e seu diálogo intertextual. In: JUNQUEIRA, Renata Soares & MAZZI, Maria Gloria Cusumano (orgs.). *O teatro no século XVIII: presença de Antônio José da Silva*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

CUNHA, Euclides da. *Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos*. Seleção e coordenação de Hildon Rocha. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

DINES, Alberto Era Judeu, o Judeu?. In: JUNQUEIRA, Renata Soares; MAZZI, Maria Gloria Cusumano. *O teatro no século XVIII: presença de Antônio José da Silva*. São Paulo: Perspectiva, 2008, p. 81-92.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O início da história e as lágrimas de Tucídides. In: *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro: Imago Editora 1997.

GUINSBURG, J. Antônio José da Silva – O Judeu. In: _____. *O teatro no século XVIII: presença de Antônio José da Silva*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

LANGER, Johnni. O mito do Eldorado: origem e significado no imaginário sul-americano (século XVI). *Revista de História*, FFLCH/USP. São Paulo, nº136, p. 25-40, 1º semestre de 1997.

PINHEIRO, Bruno Felipe Marques. A metáfora do caminho em “O auto da barca do inferno”. Mafuá. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, n. 29, s/p, 2018.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROSENBLATT, Sultana Levy. *Como viemos parar na Amazônia: os Pinto, os Benoliel, os Levy*. Texto datilografado, s/d, p. 1.

_____. *Glória e martírio e Antônio José da Silva, o Judeu*. In: Papéis. Belém, 1999.

_____. *Antigamente era assim*. Texto datilografado. McLean, Virginia, Estados Unidos, 23/09/1967.

ROSENFELD, Anatol. *Judaísmo, reflexões e vivências*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

SOUSA, Inglês. *O Baile de Judeu*. Contos amazônicos. Belém: Edufpa, 2005.

SCHEINBEIN, Cássia. Os sefarditas de Belém do Pará: história e língua. In: *Caligrama: Revista de Estudos Românticos*, Belo Horizonte, v. 14, p.171-228, dez. 2009.

TOPEL, Marta F. *Judaísmo(s) brasileiro(s): uma incursão antropológica*. In: *Revista USP*, São Paulo, n. 67, p. 186-187, setembro/novembro 2005.

VICENTE, Gil. O Auto da Barca. In: *Gil Vicente Teatro*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.